



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

Aos 30 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

10H30 – Audição do **Ministro do Planeamento** ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República

Obs.: Audição presencial

13H00 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação da **ata n.º 131**, referente à reunião do dia 23 de junho
2. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1226/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo a monitorização da resposta económica e social ao Ecossistema do Vestuário, Têxtil, Calçado e Moda no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal e do Plano da Reindustrialização Europeia”
3. Discussão conjunta dos seguintes **Projetos de Resolução**:
 - 3.1. Projeto de Resolução n.º 480/XIV/1.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que avance com a realização de obras urgentes no IC2 - Oliveira de Azeméis - que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”
 - 3.2. Projeto de Resolução n.º 501/XIV/1.ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo a realização urgente de obras no IC2 - Oliveira de Azeméis”
 - 3.3. Projeto de Resolução n.º 1344/XIV/2.ª (BE)** – “Obras de requalificação no IC2, no troço que serve e atravessa o concelho de Oliveira de Azeméis, de forma a melhorar a qualidade da via e reduzir a sinistralidade”
4. Apreciação e votação do **parecer** referente à **Proposta de Lei n.º 99/XIV/2.ª (Gov)** – “Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno”

5. Apreciação e votação da informação referente à discussão conjunta dos seguintes **Projetos de Resolução:**

5.1. Projeto de Resolução n.º 746/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que providencie com urgência no sentido de ser desenvolvido o estudo de modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra”

5.2. Projeto de Resolução n.º 751/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias à modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra/Figueira da Foz”

5.3. Projetos de Resolução n.º 803/XIV/2.ª (BE) – “Por uma linha do Oeste integralmente requalificada e funcional”

5.4. Projeto de Resolução n.º 1327/XIV/2.ª (PCP) - “Potenciar a modernização e eletrificação da Linha do Oeste”

5.5. Projeto de Resolução n.º 1339/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda o investimento e modernização na Linha do Oeste”

6. Distribuição e nomeação de Deputado relator para elaboração de Parecer sobre a COM(2021)321 “Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência de Portugal”

7. Outros Assuntos

10H30 – Audição do Ministro do Planeamento ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, iniciou a [audição](#) dando as boas vindas aos Senhores Deputados, ao Sr. Ministro do Planeamento, Dr. Nelson de Souza e ao Sr. Secretário de Estado do Planeamento, Eng. Ricardo Pinheiro, concedendo a palavra ao Sr. Ministro para uma intervenção inicial.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Carlos Pereira (PS) e Jânila Madeira (PS), em intervenção conjunta, Isabel Pires (BE) e Maria Manuel Rola (BE), também em intervenção conjunta, Bruno Dias (PCP) e Nelson Silva (PAN), tendo o Sr. Ministro do Planeamento respondido, individualmente, às questões colocadas e o Sr. Secretário de Estado do Planeamento prestado esclarecimentos adicionais.

A segunda e última ronda de perguntas foi subdividida em duas partes. Na primeira parte, foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), Hugo Costa (PS), Luís Monteiro (BE) e Nelson Silva (PAN), após o que o Sr. Ministro do Planeamento respondeu no final, sucessivamente, à globalidade das questões suscitadas, tendo sido as respostas complementadas com as informações prestadas pelo Sr. Secretário de Estado do Planeamento.

Por sua vez, na segunda parte da segunda ronda, os esclarecimentos adicionais foram solicitados pelos Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Lara Martinho (PS) e Jorge Salgueiro Mendes (PSD), posto o que o Sr. Ministro do Planeamento respondeu, no final, sucessivamente, à globalidade das questões suscitadas, tendo sido as respostas completadas com as informações prestadas pelo Secretário de Estado e do Planeamento.

A audição foi objeto de [gravação](#), constituindo parte integrante desta ata e podendo ser consultada na página da Comissão na *Internet*, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

13H00 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação da ata n.º 131, referente à reunião do dia 23 de junho

Iniciada a reunião ordinária, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação a ata n.º 131/XIV/2.ª, relativa à reunião de 23 de junho de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1226/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a monitorização da resposta económica e social ao Ecosistema do Vestuário, Têxtil, Calçado e Moda no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal e do Plano da Reindustrialização Europeia”

O Sr. Vice-Presidente da Comissão deu início à discussão do PJR n.º 1226/XIV/2.ª (PS), tendo dado a palavra à Sra. Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) para apresentação do mesmo.

A Sra. Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) informou que a pretensão com a apresentação do projeto de resolução em discussão se prendia com a situação que o país se encontra atualmente a viver e com as oportunidades decorrentes do Plano de Recuperação e Resiliência para Portugal.

Referiu que o setor do vestuário e do calçado são de extrema importância para o país, porquanto significam 5% do PIB e representam 14% das exportações de bens, envolvendo cerca de 7.000 empresas, 140 mil trabalhadores diretos e estando 79% das empresas do setor localizadas na região norte do país.

Foi assinalado que o comércio do vestuário e do calçado cresceu muito na última década, tendo o vestuário registado um crescimento de 48%, sendo o rendimento de exportações de 2,2 milhões de euros, em 2009, e de 3,2 milhões de euros, em 2019. Quanto ao setor do calçado, em 2017, as exportações representaram cerca de 2 mil milhões de euros, tendo isto sido possível devido ao dinamismo dos setores e à elevada competitividade dos produtos e empresas.

Afirmou-se que 90% da exportação destes produtos é feita para países da União Europeia e só 10 % para o Canadá e para os Estados Unidos da América, o que significa que o mercado preferencial é o europeu.

O setor da moda é muitas vezes desvalorizado, apesar de ter pareceria com outros setores, como o do turismo e de nele estarem envolvidos múltiplos profissionais que precisam e têm neste setor o seu emprego. Estes são setores com mão de obra intensiva, em particular feminina, com uma grande necessidade de mão de obra, pelo que as medidas de apoio à pandemia não se compadecem com este tipo de trabalhos, até porque os trabalhadores não são facilmente substituídos em caso de doença, nem têm competências para serem substituídos, uma vez que o setor funciona com cadeias de

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

montagem, estando os trabalhadores especializados numa parte específica dessa linha de montagem.

Foi ainda referido que o setor está 20% abaixo da sua capacidade produtiva e que, em alguns casos, essa redução chega aos 50%. Referiu-se ter havido uma mudança de paradigma no que diz respeito ao consumo, na medida em que as pessoas optam por fazer compras *online* em vez de irem às lojas físicas, não só por receio de irem aos espaços, mas também pelo facto de os espaços ainda terem os *stocks* dos anos anteriores.

Por fim, foi dito que as Empresas têm demonstrado dinamismo, sendo absolutamente necessário que a União Europeia tenha em consideração estes dois setores, percebendo que, através do Plano de Recuperação e Resiliência, deve ser feita a inovação das empresas. Por estes motivos, o GP PS recomenda o seguinte:

- (i) Uma avaliação e eventual reforço das medidas já preconizadas nos pactos setoriais para a competitividade e internacionalização, de forma a salvaguardar uma total articulação com as oportunidades a nível nacional, a nível da UE e internacionalmente; e
- (ii) O reforço da preocupação para se manterem os postos de trabalho, com vista a capacitar e requalificar os trabalhadores e trabalhadoras, a reorganização e inovação dos setores num alinhamento com os programas de apoio e a encetar esforços para a participação ativa na reindustrialização da Europa.

De seguida, solicitou a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) que informou pretender alertar para alguns fatores relevantes na matéria em apreço.

Em primeiro lugar, referiu que o setor do calçado e do vestuário não são homogéneos, não se podendo tratar as suas diferentes realidades do mesmo modo. Mais afirmou que o projeto de resolução ora em discussão não referia a situação das micro e pequenas empresas destes setores, com a enorme vulnerabilidade e fragilidade que estas sentem e sofrem. Assinalou que, em muitas destas empresas, os problemas advêm de uma altura prévia à pandemia *Covid-19*, tendo-se tais dificuldades agravado a partir desse momento, pelo que fazia falta uma abordagem do Estado e do Governo que conseguisse dar uma resposta direcionada a essa realidade.

Mais referiu que uma outra dificuldade particularmente sentida neste setor, e que os Deputados da Comissão de Economia, na legislatura anterior puderam ter contacto



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

direto, por iniciativa do GP PCP, é a de no setor têxtil se recorrer frequentemente à subcontratação de grandes grupos económicos, muitas vezes estrangeiros, em particular espanhóis, pelo que a exportação para a união europeia esconde, muitas vezes, a realidade subjacente a este setor, com todas as implicações económicas daí decorrentes, com destaque para a dependência e fragilidade das micro, pequenas e médias empresas nacionais.

Foi ainda assinalado que não é por um problema de qualificação e capacitação dos trabalhadores que estes problemas existem no setor, mas antes devido à orientação e domínio do mercado por parte dos grandes grupos económicos na subcontração e exploração às pequenas e médias empresas.

For fim, terminou dizendo que a proclamada «reindustrialização» da Europa não se pode traduzir na desindustrialização de Portugal.

De seguida, não havendo mais inscrições, o Sr. Vice-Presidente da Comissão deu por encerrada a discussão sobre o PJR n.º 1226/XIV/2.ª (PS), agradecendo os contributos dos intervenientes.

3. Discussão conjunta dos seguintes Projetos de Resolução:

3.1. Projeto de Resolução n.º 480/XIV/1.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que avance com a realização de obras urgentes no IC2 - Oliveira de Azeméis - que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”

3.2. Projeto de Resolução n.º 501/XIV/1.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo a realização urgente de obras no IC2 - Oliveira de Azeméis”

3.3. Projeto de Resolução n.º 1344/XIV/2.ª (BE) – “Obras de requalificação no IC2, no troço que serve e atravessa o concelho de Oliveira de Azeméis, de forma a melhorar a qualidade da via e reduzir a sinistralidade”

Entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, o Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) solicitou o adiamento da discussão das iniciativas referenciadas para a próxima reunião. O Sr. Vice-Presidente da Comissão assinalou ser necessário consenso, considerando que este ponto já tinha sido adiado, por uma vez, a pedido do GP PCP.

Tendo os GP presentes dado o seu consenso, a discussão dos projetos de resolução acima melhor identificados ficou adiada.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 99/XIV/2.ª (Gov) – “Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno”

Colocado a apreciação o parecer da iniciativa que melhor se acaba de identificar, usou da palavra o Sr. Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira (PSD), que passou a apresentar o parecer nos seus termos, assinalando não ter sido conferida urgência pela 1.ª Comissão à emissão de parecer sobre a eventual existência de normas inconstitucionais. Assim, concluiu que a iniciativa em causa cumpria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários, exceto no que respeita às propostas de alteração aos artigos 18.º e 31.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o regime jurídico da concorrência (artigo 2.º da proposta de lei), que poderiam colidir com o n.º 4 do artigo 34.º da Constituição, caso em que poderiam ser supridas no decurso do processo legislativo.

Após o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) solicitar que fossem lidas as conclusões do parecer, pelo mesmo foi requerida a interrupção dos trabalhos por 5 minutos.

Retomada a reunião, o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) solicitou o adiamento da votação do parecer para a próxima reunião, não tendo havido oposição e tendo o Sr. Vice-Presidente alertado para o facto de a iniciativa em causa estar agendada para discussão em Plenário no dia 7 de julho.

5. Apreciação e votação da informação referente à discussão conjunta dos seguintes Projetos de Resolução:

5.1. Projeto de Resolução n.º 746/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que providencie com urgência no sentido de ser desenvolvido o estudo de modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra”

5.2. Projeto de Resolução n.º 751/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias à modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra/Figueira da Foz”

5.3. Projetos de Resolução n.º 803/XIV/2.ª (BE) – “Por uma linha do Oeste integralmente requalificada e funcional”

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

5.4. Projeto de Resolução n.º 1327/XIV/2.º (PCP) - “Potenciar a modernização e eletrificação da Linha do Oeste”

5.5. Projeto de Resolução n.º 1339/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda o investimento e modernização na Linha do Oeste”

Colocada a votação a informação da discussão conjunta dos projetos de resolução melhor identificados supra, foi a mesma aprovada por unanimidade dos GP presentes, registando-se a ausência do GP PEV.

6. Distribuição e nomeação de Deputado relator para elaboração de Parecer sobre a COM(2021)321 “Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência de Portugal”

O Sr. Vice-Presidente da Comissão deu conta da necessidade de nomeação de Deputado relator para elaboração de Parecer sobre a COM(2021)321, que melhor se acaba de identificar, informando que a indicação de Deputado Relator cabia ao GP PS, sendo necessário proceder à apreciação do parecer na reunião ordinária de 20 de julho. O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) informou que, oportunamente, seria dada a indicação do Sr. Deputado Relator.

7. Outros Assuntos

- **Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, «Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 99, de 21 de maio de 2021, remissão incorreta - n.º 9 do artigo 318.º-A do CCP: «A cessão da posição contratual nos termos do presente artigo constitui uma circunstância imprevisível para efeitos do disposto na subalínea ii) da alínea c) do do n.º 2 do artigo 370.º.»**

O Sr. Vice-Presidente reiterou a necessidade de retificação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que «Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 99, de 21 de maio de 2021. Mais informou ter dado entrada uma proposta de retificação por parte do GP PS.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) pediu a palavra para referir que o GP PCP não daria consenso ao último ponto constante da proposta de retificação apresentada pelo GP PS, considerando que a mesma consistia, na perspetiva do GP PCP, numa alteração substancial.

O Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) solicitou que o assunto pudesse ser discutido na próxima reunião, com vista a uma melhor reflexão.

- Projetos de Resolução que se encontram pendentes na 6.ª CEIOPH, na fase de especialidade

De seguida, o Sr. Vice-Presidente passou a referir que ainda se encontravam pendentes na especialidade, na 6.ª CEIOPH, diversos projetos de resolução.

Por fim, o Sr. Vice-Presidente informou ter dado entrada um requerimento apresentado pelo GP PSD para audição da Ministra da Coesão Territorial sobre o "incumprimento de determinação do Parlamento por parte Governo", posto o que o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) informou não dar consenso a que esse ponto fosse incluído na ordem do dia da presente reunião.

Deste modo, o Sr. Vice-Presidente informou que a discussão do requerimento ficaria para a próxima reunião ordinária da Comissão.

A reunião foi encerrada às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 132/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Jamila Madeira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Pedro Coimbra (PS)
Ricardo Leão (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Cristóvão Norte (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)
Nelson Silva (PAN)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lara Martinho (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Luís Monteiro (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Filipa Roseta (PSD)
José Luís Ferreira (PEV)